

## Artigo

# **O avanço neoconservador do movimento “escola sem partido”: um ataque à sexualidade**

*Michel Francisco Lins\**

### **Resumo**

Os discursos referentes à sexualidade no século XXI nacional apontam para retomadas de movimentos conservadores brasileiros, encontrando no alinhamento com a “família tradicional” o “casamento” perfeito entre moral religiosa, Estado burguês neoliberal. Diante desta união, ocorrem ataques direcionados a educação pública brasileira, disparando constantemente mentiras relacionadas aos debates de gênero, da sexualidade e do sexo. Essa hipocrisia burguesa ocorre juntamente aos levantes de 2013 no Brasil que, organizados pela sociedade civil, demonstram grande repúdio à diversidade sexual. Busca-se apontar o dispositivo da sexualidade como um controle, uma relação de dominação social a partir das leituras de Michel Foucault. Juntamente aos controles dos corpos sexuais direcionamos as hipocrisias capitalistas em torno da sexualidade e dos movimentos conservadores que adentram a escola pública por meio da “Escola sem Partido”, aponta-se a disseminação de distorções da realidade social em um ataque direto aos professores. O texto está dividido em uma apresentação dos discursos do sexo, posteriormente é apresentado o dispositivo da sexualidade, para pôr fim apresentar o movimento “Escola sem Partido”. Concluindo o texto aponta-se que o Estado Capitalista utiliza do “movimento escola sem partido” para conter os corpos dos escolares. Este ensaio permite a nós educadores ter uma breve ideia de que este dispositivo apresentado por Michel Foucault é móvel e mutável, sendo assim, um dispositivo que é reformulado em vários momentos históricos para atuar junto.

**Palavras-chave:** Educação. Sexualidade. Conservadorismo. Escola sem Partido.

### **El avance neoconservador del movimiento “escuela sin partido”: un ataque a la sexualidad**

### **Resumen**

Los discursos sobre la sexualidad en el siglo XXI nacional apuntan a la reanudación de los movimientos conservadores brasileños, que encuentran en la alineación con la “familia tradicional” el “matrimonio” perfecto entre la moral religiosa y el Estado burgués neoliberal. A la luz de esta unión, hay ataques dirigidos a la educación pública brasileña, desencadenando constantemente mentiras relacionadas con debates sobre género, sexualidad y sexo. Esta hipocresía burguesa ocurre paralelamente a los levantamientos de 2013 en Brasil que, organizados por la sociedad civil, demuestran un gran repudio a la diversidad sexual. El objetivo es señalar el dispositivo de la sexualidad como control, una relación de dominación social a partir de las lecturas de Michel Foucault. Junto a los controles sobre los cuerpos sexuales, dirigimos las hipocresías capitalistas en torno a la sexualidad y los movimientos conservadores que ingresan a las escuelas públicas a través de la

“Escuela sin Partido”, señalando la difusión de distorsiones de la realidad social en un ataque directo a los docentes. El texto se divide en una presentación de discursos sobre sexo, posteriormente se presenta el dispositivo de sexualidad, para finalizar presentando el movimiento “Escuela sin Partido”. Concluyendo el texto, se señala que el Estado capitalista utiliza el “movimiento escolar sin partido” para contener los cuerpos de los escolares. Este ensayo nos permite a los educadores tener una breve idea de que este dispositivo presentado por Michel Foucault es móvil y cambiante, por tanto, un dispositivo que se reformula en diversos momentos históricos para actuar en conjunto.

**Palabras clave:** Educación. Sexualidad. Conservatismo. Escuela sin Partido.

\* Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: [mixelzera@hotmail.com](mailto:mixelzera@hotmail.com)

**E**sta síntese epistemológica é, como aponta Teixeira (2010, p. 65), “um livre exercício de interpretação”, tendo como objetivo apresentar a retomada dos discursos conservadores em relação à sexualidade, entendendo que o termo sexualidade é apresentado de acordo com o pensamento Foucaultiano de dominação e controle dos corpos. Deste modo, o ambiente escolarizado, alinhado aos avanços de características fascistas neoliberais<sup>1</sup>, impõem sobre as escolas um discurso referente ao controle dos corpos pelo mecanismo da sexualidade. Se inclui ao debate o conceito de neoconservadorismo que toma como base as discussões propostas por Dalio (2020) que estão descritas no decorrer do texto.

Durante o século XXI, mais precisamente a partir de 2013, ocorre no Brasil uma retomada de discursos que se amparam na ideologia do Estado Burguês Tupiniquim<sup>2</sup>, tomando como base a Instituição Familiar Tradicional, entendida neste contexto como uma retomada da visão cristã de Família. Nesta conjuntura social, o pensamento conservador adentra no ambiente escolar através da “Escola sem Partido” movimento que luta contra fantasias e distorções do ensino público ao tratar da educação sexual, do “kit Gay” etc., discursos que se alinham a Família, numa onda de negacionismo e de enfrentamento à sexualidade.

## 1. O discurso do sexo: uma hipocrisia do capitalismo

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. FOUCAULT, 2020, p. 11.

Diante desta narrativa descrita, retirada de Foucault do texto “Nós, vitorianos” presente na obra *História Da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, é possível dar início ao nosso diálogo. Aqui uma questão histórica é descrita, dando voz ao discurso da sexualidade contida e hipócrita. Tornamos o sexo, a sexualidade, ou as questões de gênero uma linha que define e limita a formação humanizada, pois, busca conter o corpo das crianças, dos adolescentes e dos adultos, não por questões fundamentais de proteção aos abusos praticados, e de suma importância que se reprima, mas, de uma repressão deste corpo enquanto mecanismo de controle e de poder. O gesto discreto, o cuidado com as vestimentas, o discurso sem vergonha, a mera pronúncia do termo sexo, transformamos, reformamos e reconstruímos o mundo do pecado em torno do prazer, do sexo, e do corpo, com isto, ao “sexo se cala” (FOUCAULT, 2020, p. 7).

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui era nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado, isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal; a repressão funciona, decreto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não circuitos da produção, pelo menos do lucro (FOUCAULT, 2020, p. 8).

A sociedade brasileira se assemelha à lógica dos *vitorianos*, pois, o Estado burguês demonstra em sua norma, leis, decretos e na sociedade civil

a legitimação da opressão da sexualidade. Até mesmo por meio daquilo que nem mesmo lei, nem decreto se colocam apostos, o Estado em seus discursos faz da própria realidade social um mecanismo de controle do sexo, na outra ponta a religião cristã apontada, neste contexto, por Teixeira (2010, p. 64) “o discurso religioso insistia em tratá-la como um atentado moral – um pecado dentro do pecado –, espécie de aberração que em tudo contrariava a natureza humana”.

Aquilo que passa a incomodar o Estado, a religião e a família, coloca-se nas sociedades modernas como um enfrentamento ao corpo, torna inexistente a voz do oprimido, fazendo presente narrativas apenas quando o momento é adequado em relação ao controle ou submissão das massas. O que é construído em níveis de discurso é um cerceamento diante daqueles que falam, que dialogam, que interpretam, que formam a consciência e até mesmo que se colocam contra o pensamento do que é sexualidade legítima ou ilegítima.

O antagonismo das classes proporciona um enfrentamento ao controle social amparado na regra burguesa, que, diante do conservadorismo social criam grupos que reformulam a luta contra o que estes consideram inapropriado à sexualidade dos cidadãos.

Nas constituições sociais, o alinhamento para com a religião é fundamental para entender o pecado da carne, o corpo enquanto objeto de desejo e assim, um corpo a ser controlado, mas não apenas em sua forma carnal, buscando reprimir também sua alma, “uma dupla evolução tende a fazer da carne a origem de todos os pecados e a deslocar o momento do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular” (FOUCAULT, 2020, p. 22).

Os controles que antes reprimiam o ato, a ação, o momento no qual o sexo acontece, volta sua maquinaria de controle a alma, ao pensamento e ao desejo de apenas idealizar o sexo, “todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe,

no jogo da confissão espiritual” (FOUCAULT, 2020, p. 21). O que rege as leis da sexualidade nas sociedades do Ocidente e no Brasil, é claro, é “a lei da aliança e a ordem dos desejos” (FOUCAULT, 2020, p. 44).

Ao mesmo tempo que existem os controles do corpo, da sexualidade e a busca pelo silenciamento, muito também se fala do sexo. A sociedade capitalista reformula o sexo em uma mercadoria que ao mesmo tempo que atende a demanda do capital é negada por este no discurso conservador de sociedade. As contradições que rondam as sociedades capitalistas oprimem a sexualidade em uma lógica classista e alienante, construindo ou formando um ideário coletivo que destoa da realidade material, seja, nas relações de trabalho, políticas, religiosas ou culturais.

Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. [...] entre o Estado e o Indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram [...] basta adentrar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensam nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmando sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas e pelo jogo dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os reguladores elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças [...] sexo no colegial passa a ser [...] um problema público. (FOUCAULT, 2020, p. 29-30).

Pois bem, o sexo e a sexualidade são questões ausentes no trabalho escolar das instituições de ensino do Brasil. Essa negação de os escolares buscarem, vivenciarem, e falarem sobre o sexo no ambiente educacional. Está negação não impede os avanços de violência sexual contra meninos e meninas, não dialogar e silenciar o sexo são de uma hipocrisia que ao invés de auxiliar no combate a estas violências apenas as colocam para debaixo do tapete.

Muitas das condutas em relação à sexualidade se fazem na conjuntura das *perversões*. Com a implementação das perversões, colocado em caráter de “efeito-instrumento” é inibido e proibido qualquer diálogo referente ao sexo, assim, “é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das

sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram as condutas” (FOUCAULT, 2020, p. 54).

Essas condutas entendidas como periféricas são aqui impostas pelo Estado burguês, marginalizando as relações afetivas que se enquadram na “ilegalidade” do Estado, como exemplo da *homossexualidade*, trazida a discussão por Teixeira (2010, p. 69),

É claro, que a homossexualidade, por escapar aos padrões de normalidade vigentes, é vista como potencialmente perigosa, subversiva; é um desafio (os conservadores diriam “uma afronta”) à consagrada estrutura familiar: um homem, uma mulher, filhos, e a bênção religiosa e jurídica que faz da relação entre eles um contrato autorizado e legítimo (TEIXEIRA, 2010, p. 69).

No entanto, a sociedade burguesa nega às sexualidades periféricas que circulam e demonstram as relações de afetividade no âmbito social, mas permite uma proliferação de pornografias, da prostituição, que “é garantida e relançada pelos inumeráveis lucros econômicos” (FOUCAULT, 2020, p. 54).

De fato, o discurso em torno do sexo na sociedade capitalista é uma hipocrisia planejada, organizada e executada, tendo como objetivo social, econômico e político distorcer assuntos que se dirigem a sexualidade. O discurso se constrói para controlar as populações, alinhando ao controle do pecado religioso e amparada na família tradicional conservadora deste Brasil contemporâneo, com isto, o uso de um *dispositivo da sexualidade*, permite o controle, a vigília e o esquadrinhamento das condutas do sexo.

## **2. O dispositivo de sexualidade: o controle do corpo**

As características contidas na sexualidade enquanto controle dos corpos busca relacionar o sexo como uma atividade externa ao humano, o seu exercício é imposto no campo social capitalista como uma questão a ser reprimida, “a questão sobre o que somos [...] Nem tanto ao sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para abordagem biológica), mas ao

sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso” (FOUCAULT, 2020, p. 86), mas colocar a sexualidade como algo histórico permite compreender que esta estreita relação biológico-social é uma construção que ocorre na relação dos sujeitos, assim, aponta Louro (2000, p. 8),

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente (LOURO, 2000, p. 8).

Com isto a formação de nossas sexualidades se dá durante os processos históricos da humanidade, seja das grandes civilizações e/ou posteriormente, nas sociedades modernas ocidentais, pois, nestas “novas” relações sociais, o sexo, ocupa um lugar de destaque na relação corpo-sociedade.

O *dispositivo sexualidade* encontra nas sociedades capitalista uma aliada na submissão das classes, do controle populacional, das medicalizações, da psiquiatria, da medicina do controle que na sociedade moderna e neste novo momento de conservadorismo em relação ao sexo, traz controles que materializam na sociedade em uma relação de cima para baixo, esta relação entre sexo-poder, não toma forma por acaso, mesmo que sua atividade não seja única das sociedades ocidentais e/ou capitalistas, muita coisa está em jogo nesta relação de controle.

A partir disto o fato é que, tem fundamentos gerais na conjuntura política do poder, enraizando sem dúvida muito além do Brasil, com isto, Foucault (2020, p. 91-92) aponta traços principais do *dispositivo da sexualidade*,

*A relação negativa.* Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não. [...] *A instância da regra.* O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. [...] *O ciclo da interdição.* Não te aproximes, não te toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apreças; em última instância, não existirás, a não ser na sombra e no segredo. Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. [...] *A lógica da censura.* Supõe-se que essa interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro. [...] *A unidade do dispositivo.* O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo em todos os níveis. De alto a baixo, tanto em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionária de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família (FOUCAULT, 2020, p. 91-92).

O mecanismo da sexualidade funciona perante o controle do sexo em uma “anatomia política de poder” no que já dizia Foucault em relação às *Disciplinas*. Esta anatomia se liga a vários campos da sociedade a fim de tornar o discurso uma representação da verdade, mas sua construção traz efeitos que formulam lacunas, criando limites ao corpo, ao ser tratado do sexo como algo exterior e, portanto, estranho ao ser. Sua atividade fica marginalizada e as relações com o sexo-prazer são fantasias que só podem ser realizadas no privativo.

No contexto social neoconservador, que traz discursos do passado não tão distante, monta um aparelho de repressão à sexualidade, tanto, no campo educacional, como no cultural, na política e nas relações econômicas, principalmente no que se diz respeito ao papel da mulher na sociedade burguesa brasileira. Dito isto, compreende-se que a base ideológica neoconservadora perpassa pela constatação de uma crise política profunda que assola o mundo ocidental e que se expressa na perda de legitimidade dos regimes democráticos e de suas classes políticas dirigentes. Vive-se uma época

de instabilidades sociais e conflitos políticos que são amparados por intervenções políticas e militares, assegurando o papel dos Estados Unidos da América como poder hegemônico (DALIO, 2020).

Estes discursos, são fortemente ancorados na Família, entendida como “permutador da sexualidade com a aliança: transportadora a lei e a dimensão jurídico para o *dispositivo de sexualidade*; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (FOUCAULT, 2020, p. 118).

Os retrocessos são amparados nestes traços apontados, que faz surgir à regra como um mecanismo “autoritário” no discurso, impondo ao corpo a negação desta sexualidade em prol de uma “ordem” social, e aos poderes jurídicos-discursivos que se materializam na Família. Assim, a lei e a norma, coloca o sujeito em uma posição de “sujeitado”, “aquele que obedece” (FOUCAULT, 2020, p. 93), mas, esse poder mesmo que “autoritário”, está sujeito a uma conduta do “não”. Portanto, é uma relação que se exprime de forma pobre, apenas a colocar limites, é um “nada poder”, “é somente mascarado uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (FOUCAULT, 2020, p. 94).

Quer o desejo seja isso ou aquilo, de todo modo continua-se a concebê-lo relativamente a um poder que é sempre jurídico e discursivo – poder cujo ponto central se encontra na enunciação da lei. Permanecemos presos a uma certa imagem do poder-lei, do poder-soberania (FOUCAULT, 2020, p. 98).

Pois bem, o poder não é algo físico, algo que possa ser tocado, é apenas exercício, e não está localizado em um local específico, o que significa que o poder não é uma instituição, ou estrutura, mas se exerce nas relações sociais. As instituições têm a condição de exercer o poder por meio das leis, normas, do Estado de direito, da medicina, do discurso, mas, ao mesmo tempo o poder se exerce na relação entre os próprios sujeitos, aqueles que são “sujeitados” também exercem e vivem em uma relação de poder, e a sexualidade, está contido nesta relação social, deste modo, o poder “é o nome dado a uma

situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2020, p. 101).

O que ocorre no Brasil, é que, o discurso que advém do Estado é materializado e incorporado em um discurso de característica social, sendo aceito ou não por parcelas da população, mesmo que, tal discurso em relação a sexualidade não esteja amparado em uma lei, norma, ou alguma determinação jurídica. Aqui a relação com “o Poder”, no caso as instituições e aparelhos que “garantem” uma sujeição dos cidadãos neste Estado brasileiro, produz o controle dos corpos em relação a sua sexualidade coletiva ou individual. Nesta materialização os alinhamentos discursivos entre as instituições do bloco hegemônico do capital nacional, como religião judaica cristã, Estado, bancos, empresariado etc., chegam às camadas populares criando as verdades coletivas.

Portanto, no que condiz com o *dispositivo da sexualidade* o exercício do poder se coloca frente a um controle social,

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. [...] permitindo uma relativa autonomia. *Histerização do corpo da mulher*: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado -como corpo integralmente saturado de sexualidade; [...] *Pedagogização do sexo da criança*: dupla afirmação de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e ariscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou, sobretudo na guerra contra onanismo, que durou quase dois séculos no Ocidente. *Socialização das condutas de procriação*: socialização econômica por intermédio de todas as incitações, ou freios, à fecundidade dos casais, através de medidas “sociais” ou físicas. [...] *Psiquiatrização do prazer perverso*: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; [...] atribuiu-lhe um papel de normalização e patologização de toda conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (FOUCAULT, 2020, p. 113-114).

O *dispositivo de sexualidade* não é estático ou imóvel, muito pelo contrário, se coloca frente a cada momento histórico e a cada sociedade de maneira sempre inovadora, mesmo que traga discursos conservadores de outros períodos. Sua razão de ser, tem, não apenas uma questão reprodutora, mas também busca penetrar os corpos cada vez mais detalhadamente e com focos ainda mais controladores das populações globais. Este dispositivo funciona com técnicas polimorfas e conjunturais de poder, o que trouxe ao dispositivo um vínculo intensificado do corpo, à sua valorização como objeto de saber e conseqüentemente como elemento que se relaciona com o poder (FOUCAULT, 2020).

O alinhamento do *dispositivo sexualidade* e do *dispositivo aliança* promovem no núcleo familiar uma forte parceria de poder no controle da sexualidade dos corpos e nas retomadas conservadoras do discurso contra a sexualidade. Deste modo, a união entre estes dois dispositivos é apresentada de maneira antagônica ao ensino escolarizado, promovendo conhecimentos distorcidos em relação à sexualidade ou até mesmo retirando tais conhecimentos do âmbito educacional.

As barreiras impedem por exemplo um ensino que busque dar condição aos escolares diagnosticarem situações abusivas, limitando o enfrentamento contra possíveis estupros, pedofilia, violências sexuais psíquicas ou físicas e ou toda uma rede de proteção à criança e jovens, como de conhecimento de si. Com isto aponto que o movimento neoconservador discursado pela “Escola sem partido” busca inibir tais ensinamentos no ambiente escolarizado, pois, atua junto ao conservadorismo capitalista, assim como se coloca diante da hipocrisia desta sociedade classista. Nesta conjuntura, o próximo tópico vem contribuir com esta temática de um neoconservadorismo aplicado pelo movimento “Escola sem Partido”.

### **3. O movimento neoconservador contra a sexualidade escolarizada: a escola sem partido**

Os apontamentos realizados anteriormente têm como intenção amparar conceitualmente o que Foucault apresenta na relação poder-saber-sexualidade, que é materializada no campo social através de discursos, da lei, da norma, da medicina e das instituições que ditam o lícito e o ilícito, para que, a partir deste ponto possam ser delineadas, como estas relações de poder-saber-sexualidade trazem consigo o movimento de conservação da sociedade brasileira, que impõe ao corpo e ao sexo um limite, para demonstrar que o ambiente escolarizado é fortemente reprimido pelo Estado, Família e Religião, no que trata o diálogo sobre sexualidade e que passou a apoiar o movimento “Escola sem Partido”.

O movimento “Escola sem Partido” é um projeto de lei oriundo de um movimento político que surgiu no Brasil em 2003 no âmbito civil, capitaneado pelo procurador paulista Miguel Francisco Urbano Nagib. Tem como principal pauta o combate à chamada “doutrinação política e ideológica” que supostamente a “esquerda” brasileira impôs às crianças e jovens nas escolas públicas. Esta operação contra professores opera por meio das mídias sociais, incitando famílias e estudantes a vigiarem docentes em sala de aula, na busca por reunir chamadas “provas de doutrinação nas escolas” (SOUZA, 2022).

[...] o “Escola sem Partido”, se organiza como um programa que tem o intuito de garantir que a educação escolar se pautar, sobretudo, pela “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. Nesta perspectiva, o programa estabelece que a escola tem o dever de garantir o “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. (SOUZA, 2022, 123).

A “Escola sem Partido” dialoga com a sociedade apresentando condutas em relação à escolarização, é que, esta deve ser regulada pelo Código do Consumidor, já no que atinge a Moral ou o plano dos valores, vem o princípio de que os pais são donos de seus filhos, o que significa que é decisão

deles o que deve ou não ser ensinado tanto no quesito sexualidade como em componentes curriculares.

Este movimento discursa sobre várias questões retrógradas. Aponta o *homeschooling* como direito dos pais, traz um forte discurso referente à sexualidade, gênero, família e religião. Para tanto, o pacote conservador ainda contempla o controle ideológico dos docentes acusando-os de doutrinadores, corruptores de crianças e jovens (BATISTA; ORSO; LUCENA, 2019).

Este contexto passou a tomar força no âmbito social e político, os alinhamentos com setores de parlamentares, os fundamentalistas religiosos, na bancada evangélica, ajudam e promovem o movimento em uma crescente conservadora. Como aponta Silveira (2019, p. 26),

A religião vem sendo transformada em instrumento de pressão e disputa política na arena do Estado, bem como mediação para o fortalecimento do Movimento Escola sem Partido, a partir do ano de 2013, quando deputados religiosos (distribuídos em Frentes Parlamentares) passam a apoiar o Deputado Jair Bolsonaro em sua cruzada na direção do Ministério da Educação (MEC) (SILVEIRA, 2019, p. 26).

A contribuição de Rubin (2012, p. 1), aponta que as renegociações sobre a sexualidade estão em constantes disputas no ambiente político, com isto,

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, 2012, p. 1).

O discurso vem amparado a setores do Estado ultraliberal, ao conservadorismo religioso e a setores da sociedade civil. “Em se tratando da sexualidade, é também importante que se faça presente uma reflexão sobre as implicações das políticas de sexualidade. Lembremos que foi o dispositivo

da sexualidade que instaurou o regime da heterossexualidade compulsória em todos os âmbitos da nossa vida” (CÉSAR, 2009, p. 47).

Com esta breve colocação apontamos que este movimento *Escola sem partido* busca no âmbito político e civil trazer o *dispositivo da sexualidade* para dentro das escolas públicas com a afirmação de que estão ensinando “pornografia” ou formando “gays/lésbicas” dentro das escolas. O discurso do Senador Magno Malta (PR-ES) demonstra muito bem a “esquizofrenia” deste movimento: “esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais” (SILVEIRA, 2019, p. 30), nota-se que a “Escola sem partido” busca disseminar notícias falsas, criando distorções e até inventando fatos.

Neste sentido, o discurso de João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, é emblemático quando assume a defesa da família, dos valores e dos princípios, tornando a religião instrumento de disputa, mas sobretudo afirmando a bancada evangélica, a bancada católica, a Frente em defesa da família, juntas, como grupo de pressão, difundindo o que julgam ser melhor para a sociedade (SILVEIRA, 2019, p. 29)<sup>3</sup>.

Estes discursos que contribuem na construção do pânico moral confundem religião e ciência, reformula o conservadorismo e a hipocrisia capitalista que se configuram nesses discursos e fazem do dispositivo da sexualidade uma materialização dos controles dos corpos dentro da escola, colocando frente às questões de gênero, homofobia, sexualismo, sexo, feminicídio um mecanismo que impede a atuação pedagógica e materiais educativos sobre essas temáticas (SILVEIRA, 2019). A atuação deste movimento está

[...] operando sobre as contradições dos intelectuais conservadores que atuam na arena da sociedade política, articula-se em torno de uma contrarreforma mais ampla da sociedade brasileira, tendo como mediação não apenas o postulado religioso, mas também uma concepção conservadora de sociedade. (SILVEIRA, 2019, p. 31).

As objetivações do controle adentradas pelo movimento “Escola sem partido” ganham campo nas discussões frente ao Plano Nacional de Educação e na homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC –, de maneira

que este é um interlocutor do Ministério da Educação. Logo após o golpe de 2016<sup>4</sup>, o alvo se torna a educação infantil e o ensino fundamental, as concepções reducionistas do desenvolvimento humano que passa a vigorar em lei geral como documento norteador que é a BNCC<sup>5</sup>, as retomadas conservadoras e de caráter técnico que foram revisitadas e trazidas do governo empresarial-militar (SILVEIRA, 2019).

Pois bem, o conservadorismo nesta BNCC traz consigo trocas que atingem diretamente a discussão e atuação pedagógica das escolas,

De fato! Conforme solicitação do MEC, o Conselho Nacional de Educação (CNE) não aprovou o tema “corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas” sob o qual as escolas deveriam “discutir as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida”. No lugar da temática sobre sexualidade, gênero e religião, entra o eixo “princípios e valores éticos” que estabelece como umas das habilidades “reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana” (SILVEIRA, 2019, p. 35).

Diante destes fatos trazidos, o que torna este movimento neoconservador é a nova forma que os mecanismos de controle são produzidos, e principalmente como o *dispositivo da sexualidade* é trazido à discussão para reprimir os professores de escola pública. As novas configurações destes controles atuam tanto contra os sujeitos como na linha de frente dos processos de controle.

Deste modo, o movimento “Escola sem Partido”, com um partido muito bem definido, diga-se de passagem, pode ser dada às devidas proporções uma forma de expressão atualizada da direita brasileira, que em seu poder de dominação de classe coloca um controle no discurso e, em paralelo impõem de maneira conservadora o seu viés político (CARVALHO, 2019).

Esse movimento coloca-se junto ao ideário social de que a responsabilidade em tratar de assuntos de sexo, gênero e da sexualidade é dos pais e responsáveis, no entanto, essa pseudoideologia desperta segundo Neves da Silveira e Orso (2019, p. 253),

A discussão acerca de pseudoideologia de gênero, por exemplo, é uma das maneiras pela qual o movimento tem atraído pais e familiares utilizando-se principalmente da afirmação de que os professores influenciam na orientação sexual dos alunos. Todavia, além de ignorar os diversos e conflitantes embates culturais que colocam a necessidade da Educação para a Sexualidade estar presente no currículo e de se abordar o tema de maneira científica, em um local apropriado, se quer tem noção do que significa “ideologia de gênero”, até mesmo porque não existe (Neves da Silveira e Orso, 2019, p. 253).

Diante destes fatos e do papel que a “Escola sem Partido” exerce como ferramenta a serviço do capitalismo, o *dispositivo da sexualidade* no âmbito educacional brasileiro impõe políticas e projetos políticos que o movimento busca transformar em Projetos Lei. Tais tentativas sensibilizam principalmente os setores conservadores da sociedade, pois, conseguem atrair tanto políticos como grandes setores da sociedade civil.

Deste modo, as possíveis votações destes Projetos Lei trazem um sentido mesmo que de aparências, de que, o movimento “Escola sem Partido” representa os interesses da sociedade brasileira, uma vez que, os políticos que constituem a base do movimento estão alinhados com os setores liberais (NEVES DA SILVEIRA; ORSO, 2019).

### **Considerações finais**

O *dispositivo da sexualidade* torna-se uma ferramenta neoconservadora no discurso do movimento “Escola sem Partido”, atuando na sociedade brasileira a fim de impedir e tornar criminoso falar, discutir, analisar e ou dialogar sobre questões ligadas à sexualidade dos escolares. Este movimento atraído pela sociedade civil e políticos ligados a bancadas específicas como a evangélica, colocam o corpo-sexualidade à margem da sociedade, tornam ilícitos o fazer pedagógico e a atuação escolar ligada a qualquer conhecimento sobre sexualidade.

Compreender onde e de que forma o movimento “Escola sem Partido” atua frente à conservação da sociedade capitalista e da opressão ao corpo sexual, fazendo do uso da família que é entendida como “um cristal no

dispositivo da sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata [...] é um dos elementos táticos mais preciosos deste dispositivo” (FOUCAULT, 2020, p. 121).

Esta leitura conservadora que atinge o ambiente escolarizado na forma da “Escola sem partido” é apenas uma parcela dos mais variados instrumentos e dispositivos que o Estado Capitalista utiliza para conter os corpos dos escolares. Este ensaio permite a nós educadores ter uma breve ideia de que este dispositivo apresentado por Michel Foucault é móvel e mutável, sendo assim, um dispositivo que é reformulado em vários momentos históricos para atuar junto aos ideólogos da contrarreforma, lutando contra os avanços humanizados da diversidade humana, intelectuais esses que, alinhados ao Estado buscam oprimir o corpo de seus escolares diante do discurso de “liberdade” e de coibir os professores no discurso de “doutrinação”.

\* **Michel Francisco Lins** é mestre em Educação pela UNIOESTE-PR e com vínculo Bolsista (2020-2022). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2020). Graduação em Educação Física Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2012) Possui graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Assis Gurgacz (2014), Pós-graduado em Educação Especial com experiência na área de Educação Física. Atuando em atividades de extensão nas modalidades de Educação, Esporte e Lazer. Atualmente, é professor da rede Municipal de Cascavel Paraná.

**Contato:** [mixelzera@hotmail.com](mailto:mixelzera@hotmail.com)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6940-4236>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8898820725058215>

Artigo recebido em: 16/04/2024

Aprovado em: 24/06/2024

Como citar este texto: LINS, Michel Francisco. O avanço neoconservador do movimento “escola sem partido”: um ataque à sexualidade. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 267-286, 2024.

## Referências Bibliográficas

BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento escola sem partido. In BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.). **Escola sem partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

CÉSAR, Maria ita. de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, Editora UFPR, 2009. Disponível

em:[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004) Acessado em: 16/03/2024.

Dalio, Danilo José. Neoconservadorismo, política e crise: Ideias-força e estratégias de ação. **Pensata**, 9(2), 2021. <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11046>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11046> Acessado em: 24/06/2024.

FELIPPE, Marcio Sotelo. Fascismo no Brasil hoje. **R. EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 453 - 458, jan/fev, 2015. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista67/revista67\\_453.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67_453.pdf) Acessado em: 31/03/2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. Conceitos do liberalismo e educação indivíduo, propriedade e liberdade na educação brasileira. **Movim&nto Revista Educação**. Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32568> Acessado em: 31/03/2024.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. IN: **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

NEVES DA SILVEIRA, Danielli Maria; ORSO, Paulino José. O movimento escola “sem” partido e a “doutrinação” liberal no atual contexto brasileiro. IN BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.). **Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

RUBIN, Gayle. Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Repositório institucional, UFSC**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582> Acessado em: 15/03/2024.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergentemovimento escola sem partido. IN BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.). **Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

SOUZA, Andréa. Silveira. DE. Religião e educação no Brasil: o programa “Escola sem Partido” como um obstáculo ao Ensino Religioso e à formação cidadã. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 55, p. 122, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22249> Acessado em: 24/06/2024.

TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. A vanguarda conservadora: aspectos políticos e simbólicos do movimento LGBT. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, nº 7, jul/dez, p. 63-80, 2010. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=110&sid=15> Acessado em: 15/03/2024.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. Ultraliberalismo, evangelicalismo político e misoginia: a força triunfante do patriarcalismo na sociedade brasileira pós-impeachment. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 13, n. 2, p.455-488, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231192969.pdf> Acessado em: 31/03/2024.

## Notas

---

<sup>1</sup> O fascismo nacional se caracteriza por um movimento que atende a táticas terroristas comum em muitas ditaduras burguesas, traz um impedimento aos direitos, liberdades e garantias básicas dos indivíduos, do mesmo modo que impede e/ou oprime os movimentos populares e a organização da esquerda. O neoliberalismo se consolida como doutrina política no século XIX, adentra no Brasil nos anos 1930, aqui o indivíduo é o principal alvo desta doutrina, uma questão de liberdade individual,

---

que decorre do movimento industrial em avanço pelo capitalismo. Deste modo o individualismo tem demasiada importância em detrimento do corpo coletivo e/ou social. Já no que se refere aos ultraliberais é uma forma mais radical e cruel do liberalismo econômico, aqui as questões sociais são excluídas das relações do Estado, redução de salários e empregos precarizados, relações do consumidor é reduzida (FELIPPE, 2015; WERMUTH e NIELSSON, 2018; LEIBÃO, 2016).

<sup>2</sup> O significado de tupiniquim trazida tem como questão a relação negativa do Estado burguês nacional de não saber se colocar em seu lugar, e na questão individual, é a elite nacional que se sente superior a todos os outros por ser “bem-nascido” tem forte ligação com a hipocrisia meritocrática, se colocando à parte de tudo o que descreve como sendo a desgraça nacional.

<sup>3</sup> O discurso de João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, está disponível na página 137 da obra de VITAL DA CUNHA, Christina. Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

<sup>4</sup> O Golpe de 2016 é muitas vezes recusado, pois, o chamam de *impeachment*, esse mero ritual foi observado como previsto na lei que foi cumprida, ocorre que o termo “golpe” seja realmente utilizado é, uma presidenta eleita que se torna irrelevante por parte do “apoio” da elite econômica nacional, da mídia, e do Congresso, pois, sem nenhuma comprovação das acusações a ela intituladas, foi justificado pela lei seu afastamento. Os setores do aparelho estatal – Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e, em papel menos visível, mas de grande importância as Forças Armadas – decidiram unilateralmente mudar as regras em proveito próprio (MIGUEL, 2019).

<sup>5</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que norteia a educação básica em todo território nacional, sua primeira versão em 2015 até a versão final em 2018, diante desta aprovação o documento passa a nortear as atividades escolares, este documento de caráter normativo definiu um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.